

Virada na educação

Marisa Serrano

Concentração de renda brutal! A notícia de que somos o primeiro no ranking dos países em que o dinheiro fica nas mãos de alguns poucos parece ter causado maior impacto do que um muxoxo de desagrado.

As discussões no país passam pelas reformas, privatizações, taxas de juros, e são esses os grandes temas do Congresso neste semestre. Enquanto isso, resta indagar quanto tempo o governo vai levar para discutir a fome, a miséria e a perspectiva de futuro de mais da metade da população brasileira. Talvez, antes de uma resposta concreta, seja preciso esperar mais um ano para as taxas de juros baixarem, e então se falar em projetos que visam à sobrevivência de milhares de crianças.

A nação sairá desse arrocho, segundo palavras do ministro da Fazenda, mas qual será o retrato social brasileiro ao final desta maratona econômica, se hoje o perfil do futuro exército de reconstrução nacional é formado por crianças famintas, analfabetas e doentes? Fica também a dúvida se a sociedade terá condições físicas e mentais de aumentar, em pouco tempo, o índice da população economicamente ativa com esse protótipo de cidadão.

Mudar um quadro como esse não é simples tarefa da economia, a que se atribui a alavancada de um país. A transformação efetiva passaria por um processo mais abrangente que o dos números, índices e taxas, tocando em um elemento indispensável: a educação. Porque, mesmo com dinheiro, emprego e comida, um corpo sadio se movimenta a partir do querer, do raciocínio, da criatividade. E esse processo de conquista, de ser massa pensante e não massa de manobra, ser capaz de criar, argumentar, propor, não é produto de um dia de trabalho.

Equilíbrio econômico e social são idéias que não podem existir de forma dissociada, assim como a preocupação do governo não pode estar limitada a manifestações em casos emergenciais ou pontuais; há que se ter uma política social consistente.

O conceito de deixar que os problemas da área sejam resolvidos pelos estados, municípios e sociedade, apenas com o monitoramento da União, é grande equívoco. Na educação, como em outros setores essenciais, a interferência do poder central é imprescindível.

Os problemas da educação brasileira são fatos tão públicos e notórios que qualquer indivíduo na rua pode fazer as vezes de analista, fornecendo, em primeira mão, uma lista com as dificuldades enfrentadas pelo setor, sem necessidade de recorrer a pesquisas e estudos. Vai dizer que o professor ganha uma miséria e não está preparado para a função, e que, assim, os alunos não aprendem.

Essa realidade vem caracterizando um processo de desvalorização da carreira na educação. Ser um profissional do magistério é conselho que poucas pessoas dariam aos filhos e amigos, já que não fica difícil avaliar os *prós* (objetivamente falando quase inexistentes) e os *contras*. É uma carreira que dá *status*? Paga bem? É valorizada? Tem futuro? Respostas conhecidas antecipadamente.

Neste momento, a palavra primeira da retomada de rumos na educação bem poderia ser “coalizão de forças”, abrangendo governantes, políticos, e principalmente a sociedade, que precisa deixar de ser complacente com essa situação, exigindo mudanças que inaugurem um novo tempo, a começar pela preparação da cabeça de quem tem a função de ajudar a criar essa massa pensante.

O Congresso está discutindo a LDB, a “Constituição da Educação”, mas só ela não garantirá mudanças, assim como o mais bem elaborado projeto pedagógico só será implementado com sucesso se o professor tiver garra, competência e tranquilidade para fazê-lo.

Por isso, pensar em estruturação do setor é guerrear contra a miséria no magistério, começando pelo salário do professor. Da forma como estão dispostos os problemas, chega-se à conclusão de que do tempo e dinheiro gastos na capacitação de pessoal do magistério muito pouco

se tem revertido em favor da qualidade do ensino. Os governos estaduais e municipais, os maiores empregadores, irão afirmar que não têm caixa para garantir uma política salarial digna. É aí que entra a vontade política, o desejo de que o país mude pela transformação cultural de seus filhos, a prioridade de fato.

Será que essa vontade política de melhorar a educação do país existe? Se a resposta for afirmativa, só resta ao governo federal, pelo MEC, criar mecanismos de pressão e apoiar técnica e financeiramente os estados e municípios com maiores dificuldades para resolver a questão.

E se há uma vinculação de gasto com a educação (e há rumores de que estão querendo acabar com ela, como se não fosse mais necessária), é preciso saber se realmente o percentual obrigatório está sendo aplicado totalmente no que é fundamental para melhorar o ensino no país.

Como conviver com o professor ganhando menos do que a metade do salário mínimo? Que competência e disposição podemos exigir dele?

Estou pedindo uma CPI na Câmara dos Deputados para levantar o valor dos salários pagos ao professor do ensino fundamental (obrigatório), o tipo de vínculo com o empregador (há professores temporários, que se eternizam sem os direitos garantidos aos trabalhadores) e a sua formação.

A idéia é colocar a questão em debate nacional, mostrando a vergonha que é tratar com descaso um profissional extremamente necessário ao desenvolvimento do país, estando o resultado de seu trabalho ligado à melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros, que não possuem capacidade de sonhar, de conhecer, de transformar, de crescer a partir da leitura de seu entendimento.

O conceito de cidadania não engloba apenas saúde, alimentação, emprego, casa e segurança, mas a possibilidade de poder de decidir, a garantia do saber o que quer e a certeza de poder conseguir, e nisso, com certeza, a educação pode ajudar.

Marisa Serrano é deputada pelo PMDB de Mato Grosso do Sul